



# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

### 1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Contratação de serviços de locação de banheiros químicos e unidades sanitárias móveis para a estruturação de eventos municipais.

### 1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

☒ **DIVIDIDA EM ITENS.**

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

### 1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

**NÃO SE APLICA.**

### 1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA

**NÃO SE APLICA.**

## 1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:

**NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados conforme padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

## 1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 A prestação do serviço será:

**CONTINUADA**, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

### 1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados a partir da assinatura dos contratos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A natureza do serviço de locação de banheiros químicos é considerada **contínua**, uma vez que a necessidade administrativa de estruturação de eventos municipais (esportivos, culturais e turísticos) é permanente e ininterrupta ao longo dos exercícios financeiros. A previsão de prorrogação por até 10 (dez) anos justifica-se pela busca da eficiência administrativa e economia de escala, visto que:

- **Continuidade e Saúde Pública:** Evita a interrupção de serviços essenciais à higiene e ao lazer nos eventos do calendário oficial do Município;



- **Economicidade:** Permite a obtenção de preços mais vantajosos em razão da amortização dos investimentos em logística, higienização e manutenção dos equipamentos pela contratada ao longo do tempo;
- **Eficiência Processual:** Reduz os custos operacionais da Administração com a instrução de sucessivos processos licitatórios para o mesmo objeto.

A prorrogação ficará condicionada à demonstração, em cada período, de que as condições do contrato permanecem vantajosas para a Administração e de que há disponibilidade orçamentária.

### 1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de cinco dias, contados da data da convocação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade premente de garantir a infraestrutura sanitária adequada em eventos promovidos ou apoiados pelo Município de Patos de Minas, mediante a locação de banheiros químicos. Atualmente, este atendimento é amparado pelos Contratos nº 33/25 e 34/25, com vigência de 24 meses; contudo, tais instrumentos foram elaborados com base em um histórico de consumo que não reflete a atual realidade municipal. Verificou-se um aumento inesperado no volume de ações de interesse público e uma expansão significativa do escopo de eventos já existentes, o que acarretou o esgotamento precoce do saldo contratual, com diversos itens licitados já zerados ou próximos do término. A situação é agravada pela insuficiência dos limites legais de aditamento previstos na legislação vigente, impossibilitando a cobertura do déficit projetado para o restante da vigência dos contratos atuais. Portanto, a abertura de um novo certame é medida imperativa para evitar a interrupção de serviços essenciais, uma vez que a ausência de banheiros químicos impactaria negativamente a higiene, a saúde pública e a viabilidade das atividades institucionais e coletivas do município.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A presente solução visa a prestação de serviços por empresa especializada na locação de infraestrutura sanitária (banheiros químicos), conforme as especificações técnicas detalhadas no **Apenso II** deste instrumento. A contratação destina-se ao atendimento da agenda de eventos culturais, esportivos e institucionais do Município de Patos de Minas, fundamentando-se em uma análise técnica, operacional e econômica que justifica a necessidade de novo certame face ao esgotamento precoce dos saldos contratuais vigentes. Tecnicamente, a solução apresenta alta compatibilidade com as necessidades locais, oferecendo equipamentos com desempenho ideal para grandes fluxos de pessoas, implementação ágil e capacidade de monitoramento que otimiza a alocação de recursos. Sob o aspecto operacional, a solução garante suporte técnico contínuo durante toda a vigência contratual e possui escalabilidade para ajustes quantitativos, conferindo eficiência à gestão pública. Economicamente, a proposta entrega um sólido custo-benefício, pois a eficiência na prestação dos serviços mitiga riscos e custos elevados de contratações emergenciais, assegurando a economicidade para o erário. Em suma, a solução alinha-se ao interesse público ao garantir a continuidade, segurança e qualidade dos serviços sanitários essenciais à população, pautando-se nos princípios da eficiência e da responsabilidade fiscal.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

##### 4.1.1 SUSTENTABILIDADE

**APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).**

##### 4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

**NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.**

##### 4.1.3 CONSÓRCIO

**SERÁ VEDADO.** Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

##### 4.1.4 GARANTIAS

###### 4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

A dispensa fundamenta-se na baixa complexidade do objeto e no baixo risco financeiro para a Administração, considerando que os pagamentos serão efetuados somente após a efetiva prestação dos serviços e atestação da conformidade, o que resguarda o erário de eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual.

###### 4.1.4.2 GARANTIA DO SERVIÇO (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

☒ **GARANTIA LEGAL:** A contratada deverá assegurar a prestação dos serviços em conformidade com os prazos e condições definidos na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), sendo esta exigida para todos os itens da contratação.

A garantia do serviço abrange a plena funcionalidade das unidades locadas, incluindo a integridade física das cabines, a higienização periódica e o correto funcionamento dos componentes acessórios. Eventuais vícios ou falhas na prestação do serviço deverão ser sanados pela Contratada nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sem custos adicionais ao Município, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.



#### 4.1.5 VISTORIA (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021)

☒ **NÃO SE APLICA.**

No entanto, a licitante declara-se ciente de que a prestação dos serviços ocorrerá de forma descentralizada, por demanda, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural do Município de Patos de Minas (incluindo distritos e comunidades rurais).

A ausência de vistoria não desonera a contratada de sua responsabilidade pela fiel execução dos serviços, não podendo esta alegar desconhecimento das condições geográficas, distâncias ou dificuldades de acesso para justificar atrasos, falhas na prestação ou solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados ao deslocamento.

#### 4.1.7 ALTERAÇÃO SUBJETIVA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☒ **SIM.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

#### 4.1.8 PERCENTUAL MÍNIMO MÃO DE OBRA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☒ **NÃO.** Não será estabelecido o percentual, tendo em vista que no presente momento ainda não há regulamentação municipal nem federal com relação ao percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional.

#### 4.1.9 ALOCAÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

☒ **NÃO.** A alocação de riscos não será gerencialmente exclusiva da Contratante. Os riscos serão distribuídos de forma equilibrada entre as partes, conforme a natureza do objeto (locação de banheiros químicos):

**1. Riscos da Contratada:** Insumos, manutenção, transporte, logística, encargos trabalhistas, danos causados por seus funcionários e responsabilidade ambiental pelo descarte de dejetos.

**2. Riscos da Contratante:** Danos decorrentes de vandalismo ou furto dos equipamentos quando instalados em locais sob sua guarda/vigilância, e impedimentos de acesso injustificados.

Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro serão analisados com base na teoria da imprevisibilidade, mantendo-se o ônus ordinário do mercado a cargo da empresa locadora.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' Lei nº 14.133/2021)

#### 5.1 REGIME DE EXECUÇÃO

☒ **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**



A adoção do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela natureza da demanda, que é flutuante, tornando impossível a definição prévia e exata do quantitativo efetivo de utilizações dos banheiros químicos ao longo da vigência contratual. Este regime é o mais adequado para o objeto em questão, pois permite que a Administração garanta a eficiência do gasto público ao remunerar a contratada estritamente pelas unidades de serviço solicitadas e efetivamente prestadas, assegurando a continuidade do atendimento ao interesse público e às necessidades do Município.

## 5.2 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.2.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de cinco dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.2.2 O fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

## 5.3 LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.3.1 Os serviços poderão ser executados:

I – Os serviços deverão ser executados em locais definidos pela Administração, compreendendo toda a extensão territorial do Município de Patos de Minas (**zonas urbana e rural**), conforme a necessidade de cada evento ou ação institucional. O horário de montagem, manutenção e desmontagem será definido na Ordem de Serviço, podendo ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, em períodos diurnos ou noturnos.

II – Para a realização dos serviços é necessário o prévio agendamento junto à **Secretaria Municipal Demandante**, através dos contatos oficiais fornecidos na Ordem de Serviço. A Secretaria solicitante será a responsável por acompanhar e fiscalizar a execução.

III – A contratada deverá realizar a limpeza diária dos mesmos, caso os banheiros sejam mantidos no local por mais de um dia de uso. Nesse caso, a limpeza deve consistir na sucção dos detritos por bomba e lavação das cabines com água e sabão e colocação de papel higiênico.

5.3.2 Serão descontadas as diárias ou frações proporcionais em que for constatada a indisponibilidade de uso dos equipamentos, seja por danos estruturais, falta de higienização/manutenção técnica, ausência de insumos obrigatórios ou outros fatores de responsabilidade exclusiva da contratada que impeçam a utilização plena dos banheiros.

5.3.3 Os serviços serão prestados nas seguintes condições:

Mês Referência	Lote 1 (PNE)	Lotes 2 e 3 (Standard)	Lote 4 (Carreta)	Lotes 5 e 6 (Trailer)
<b>Janeiro/27</b>	6	30	-	-
<b>Fevereiro/27</b>	-	40	-	-
<b>Março/27</b>	10	40	-	-
<b>Abril/27</b>	10	35	-	-
<b>Maió/27</b>	25	210	4	20



Mês Referência	Lote 1 (PNE)	Lotes 2 e 3 (Standard)	Lote 4 (Carreta)	Lotes 5 e 6 (Trailer)
<b>Junho</b>	6	40	-	-
<b>Julho</b>	5	30	-	-
<b>Agosto</b>	-	100	-	-
<b>Setembro</b>	4	30	-	-
<b>Outubro</b>	4	30	-	-
<b>Novembro</b>	10	35	-	-
<b>Dezembro</b>	20	80	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100</b>	<b>700</b>	<b>4</b>	<b>20</b>

Os quantitativos acima representam mera estimativa de utilização mensal, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Administração, não gerando à Contratada direito adquirido à execução da totalidade estimada.

5.3.4 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar:

- Cabines de banheiros químicos (Standard, PCD, Carreta e Trailer, conforme solicitado);
- Caminhão vácuo para sucção e transporte de efluentes;
- Insumos de higiene (papel higiênico, sabonete líquido, odorizantes);
- Equipe de limpeza e manutenção devidamente uniformizada e com EPIs.

5.3.5 Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas, **custos de frete/deslocamento** e demais despesas decorrentes do futuro contrato correrão por conta exclusiva do prestador de serviço.

## 5.4 DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

☒ **SERÁ NECESSÁRIO DISPONIBILIZAR MATERIAIS DE CONSUMO E DE USO DURADOURO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.**

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, o fornecedor deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução do objeto, garantindo a adequada prestação do serviço durante toda a vigência contratual.

5.4.1.1 A Contratada deverá disponibilizar as cabines de banheiros químicos em perfeitas condições de uso, sem fissuras, com portas dotadas de trinco interno e sinalização de "livre/ocupado", além de:

- a) Unidades padrão (Standard);
- b) Unidades adaptadas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme normas de acessibilidade;



c) Caminhão vácuo equipado para a sucção e transporte de efluentes sanitários.

5.4.1.2 Estão inclusos no preço unitário da locação todos os insumos necessários à higienização e utilização das unidades, tais como:

- a) Papel higiênico de boa qualidade (reposição constante durante o evento);
- b) Desinfetantes, odorizadores e produtos químicos para tratamento de dejetos (biodegradáveis);
- c) Álcool em gel ou sabonete líquido (para unidades dotadas de lavatório);
- d) Sacos de lixo e demais materiais de limpeza necessários à manutenção da salubridade das cabines.

**5.4.1.3** Todos os materiais e insumos deverão ser de primeira qualidade, sendo responsabilidade da Contratada a reposição imediata sempre que se verificar o término ou a inadequação dos mesmos, sem qualquer ônus adicional para o Município.

## **5.5 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**NÃO SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

## **5.6 RECEBIMENTO DO OBJETO**

### **5.6.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021)**

5.6.1.1 O recebimento provisório dos serviços será realizado mediante termo detalhado emitido pelo fiscal técnico, relativamente ao cumprimento dos prazos de execução e demais exigências de caráter técnico, devendo ocorrer em até *05 (cinco) dias úteis*.

5.6.1.1.1 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita do fornecedor com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

5.6.1.1.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá:

- a) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos;
- b) verificar o efetivo cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- c) aferir o efetivo cumprimento, pela contratada, quando for o caso, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas ao pagamento de parcelas rescisórias.

5.6.1.1.3 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.6.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de preços, devendo ser refeitos no prazo de *02 (dois) dias úteis*, a contar da intimação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.





5.6.1.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

## **5.6.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, I, 'b' da Lei nº 14.133/2021)**

5.6.2.1 Os serviços serão recebidos definitivamente, em até *02 (dois) dias úteis* dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela Autoridade Competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

5.6.2.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6.2.3 Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor, para realização das substituições e/ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2.

5.6.2.4 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações, inclusive trabalhistas e previdenciárias, dos empregados envolvidos na prestação de serviço contratado.

## **5.6.3 DEMAIS REGRAMENTOS**

5.6.3.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

5.6.3.1.1 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao fornecedor, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

5.6.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

5.6.3.3 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

5.6.3.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade.

5.6.3.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MUNICÍPIO, todos os procedimentos cabíveis em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, do decreto municipal 5401/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 5.6.2.1.

5.6.3.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

5.6.3.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo MUNICÍPIO não exclui a responsabilidade do fornecedor pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.





## **6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)**

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no decreto Municipal 5401/2023, o MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos serviços já executados.

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar o refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado.

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pelo fornecedor e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;

6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato;

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência Administrativa da SECTEL, Helaine Cristina Gonçalves Reis, pela Gerente de Suprimentos, Márcia Maria de Magalhães, pela Gerente de suprimentos Keila



Machado dos Reis Vieira e pelo Diretor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Óliver Torres e a fiscalização será exercida pelo Diretor de Esportes Wanderlei Rodrigues Resende, pelo Diretor de Turismo, Lazer, Eventos e Gerência Administrativa, Vinicius Diógenes Maia, pelo Diretor de Execução de Obras, Romisley Antônio da Silva, Diretora de Orçamento e Finanças, Eunice Silvério da Cruz Rosa e pela Coordenadora de Parques e Áreas Verdes, Leila Priscila Torres.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)**

### **7.1 MEDIÇÃO**

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à execução satisfatória e aceitação dos serviços conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

### **7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

7.2.1 O pagamento será realizado de forma sob demanda, conforme a execução dos serviços solicitados e devidamente atestados pelo requisitante.

7.2.1.1 Os pagamentos serão efetuados por serviço efetivamente executado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal. O valor de cada pagamento corresponderá ao total do serviço prestado, seguindo rigorosamente os preços unitários estabelecidos na proposta da contratada.

7.2.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pelo fornecedor, de Nota Fiscal relativa à execução do serviço e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade do fornecedor, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo MUNICÍPIO;

7.2.2.1 O faturamento deverá estar acompanhado, ademais, do(s) seguinte(s) documento(s): Relatório de Execução de Serviços devidamente atestado pelo fiscal do contrato, contendo obrigatoriamente: os locais de instalação e o quantitativo de diárias utilizadas.

7.2.3 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis], a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 7.2.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.2.3.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº 14.133/21;

7.2.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.2.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

7.2.5 O MUNICÍPIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

7.2.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor.

7.2.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 7.2.3 e 7.2.3.1.

7.2.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MUNICÍPIO, não serão considerados eventuais



atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado de Minas Gerais, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

7.2.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

### **7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

7.3.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do índice IPCA, relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste.

7.3.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas executadas após o prazo de que cuida o item 7.3.1.

7.3.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.3.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

7.3.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.4 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

7.3.4.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.3.3.

7.3.5 O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pelo fornecedor (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

7.3.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MUNICÍPIO deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.7 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado no contrato não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente contratado, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:

a) Ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;

b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como máximo que pode ser alcançado nesta revisão;

c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;

d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.



§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao contratado.

§ 3º O preço contratado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

III - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos bens, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

IV - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

V- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

VI - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

## **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

### **8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

8.1.2 Para apresentação da proposta poderá ser utilizado o modelo anexo ao instrumento convocatório. A proposta deverá conter os dados mínimos exigidos, como: Para apresentação da proposta poderá ser utilizado o modelo anexo ao instrumento convocatório. A proposta deverá conter os dados mínimos exigidos, como: valor unitário por quilômetro rodado, serviço e/ou valor da diária (conforme o caso), e o valor total global do item. Somente serão admitidas propostas expressas em 02 (duas) casas decimais, cujos valores unitários não excedam os preços máximos fixados pela Administração neste Termo de Referência.

8.1.2.1 A licitante deve indicar sua norma coletiva.

8.1.3 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte:

☒ **PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional as licitantes que executarem o objeto sem a caracterização de cessão de mão de obra ou locação de mão de obra, conforme as vedações previstas no art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **8.1.4 Informações relevantes para a elaboração da proposta**



8.1.4.1 O licitante deverá observar, além da legislação trabalhista, as normas coletivas que abranjam o local da prestação dos serviços e que estejam vigentes na data designada para início da sessão pública.

8.1.4.1.1 Caso não haja norma coletiva vigente que abranja a localidade da prestação do serviço, o licitante deverá observar os parâmetros da legislação trabalhista e o salário mínimo regional ou nacional.

8.1.4.1.2 O licitante deverá indicar a norma coletiva aplicável às relações de trabalho mantidas com seus empregados que prestarão os serviços relativos ao contrato (ex: CCT de Limpeza e Conservação ou similar), a qual deverá estar em conformidade com a sua atividade preponderante.

8.1.4.1.3 Ao longo da execução contratual, será exigido da contratada o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como das normas coletivas indicadas na proposta.

8.1.4.1.4 O licitante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos que estabeleçam direitos não previstos em lei ou que tratem de obrigações exclusivas para contratos com a Administração Pública (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

8.1.4.2. Para o objeto desta licitação (Locação de Banheiros Químicos), é admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional, desde que a licitante atenda aos requisitos da Lei Complementar nº 123/2006 e que a execução do serviço não configure cessão de mão de obra nos moldes vedados pela referida lei.

8.1.4.3. Caso a licitante opte por utilizar o regime do Simples Nacional, ela deverá certificar-se de que sua atividade econômica e a forma de execução do serviço são compatíveis com o regime, sob pena de exclusão de ofício pelas autoridades fiscais.

## **8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### **8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)**

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

### **8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)**

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de:

\* Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

\* Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um) e Endividamento Geral (EG) inferior a 0,90 (zero vírgula noventa), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente:  $ILC = AC/PC$ , onde  $ILC \geq 1,0$ , onde

ILC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Índice de Liquidez Geral:  $ILG = (AC + RLP)/(PC + Ex.LP)$ , onde  $ILG \geq 1,0$ , onde

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Índice de Endividamento Geral:  $IEG = (PC + Ex.LP)/AT$ , onde  $IEG \leq 0,90$ , onde





IEG = Índice de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

Ex.LP = Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

8.2.2.1.1 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

8.2.2.2 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez, ou superior a 0,90 no índice de Endividamento Geral, será exigido para fins de habilitação o comprovante de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.2.2.2.1 A exigência de 10% de Patrimônio Líquido justifica-se pela necessidade de assegurar que a contratada possua solidez financeira para arcar com os custos imediatos de combustível, manutenção e seguros, garantindo a continuidade do serviço de transporte antes do primeiro faturamento.

### **8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)**

☒ **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, conforme critério(s) a seguir elencado(s):

- Apresentação de **Declaração**, assinada pelo representante legal da empresa, atestando o pleno conhecimento do objeto licitado e das condições geográficas do Município de Patos de Minas. A licitante deve declarar-se ciente de que os serviços serão prestados de forma descentralizada em vias urbanas e rurais (pavimentadas ou não), não sendo admitidas reclamações futuras, pedidos de reequilíbrio ou paralisações decorrentes de dificuldades técnicas, operacionais ou de acesso aos locais de instalação.

- O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para a execução dos serviços, por meio da apresentação de **CERTIDÕES** ou **ATESTADOS**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Apresentação de comprovante de registro ou licença ambiental vigente, emitida pelo órgão competente (SEMAD, IBAMA ou equivalente municipal), que autorize a empresa a realizar o transporte e a destinação final de resíduos sanitários (efluentes), ou contrato/convênio com empresa terceira devidamente licenciada que realize tal descarte e **registro no Creas**.

### **8.3 DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE (ART. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021)**

NÃO SE APLICA.

### **8.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**

8.4.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

☒ **SERÁ** concedida exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas **nos itens cujo valor estimado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00**, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006. Para os itens que ultrapassarem este patamar, a participação será de ampla concorrência, observando-se, contudo, o direito de preferência de desempate previsto na referida Lei.

8.4.2 O itens 68189 e 68191 serão destinados para AMPLA CONCORRÊNCIA. Os demais itens serão destinados para ME/EPP.



## **9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;

9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

9.1.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

### **9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do MUNICÍPIO;

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios,





defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;



9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.2.1.21 Compete ao fornecedor, ainda:

- Fornecer banheiros químicos em perfeito estado de conservação, funcionamento e higiene, atendendo às normas técnicas e sanitárias vigentes. Os equipamentos deverão apresentar estrutura íntegra, livre de danos aparentes como rachaduras, vazamentos ou ferrugem, bem como possuir sistema de ventilação adequado e limpeza completa antes da entrega ao contratante.
- Manter a plena funcionalidade e condições de uso dos banheiros durante todo o período da locação, responsabilizando-se integralmente pelas atividades de manutenção, higienização e reposição de insumos (papel higiênico, sanitizante e água).

## **10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 162 da Lei 14.133/2021)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI nº 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

10.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - b. As peculiaridades do caso concreto.
  - c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
  - e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 10.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
- a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
  - b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.
- 10.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 10.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)**

- 11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.
- 11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)**

- 12.1 As despesas decorrentes da contratação proposta correrão à conta de recursos específicos indicados em formulário(s) de informações orçamentárias anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

- Dot. Reduzida: 2.309 – Produção e Promoção da Política Turística. Fonte: 01-0500-0000-0000 e 01-0500-0000-0013.



- Dot. Reduzida: 2.229 – Produção e Promoção Cultural. Fonte: 01-0500-0000-0000 e 01-0759-0000-0011.
- Dot. Reduzida: 2.365 – Produção e Promoção Esportiva e Lazer. Fonte: 01-0500-0000-0000.
- Dot. Reduzida: 2888 – Produção e Promoção às Ações de Abastecimento. Fonte: 01-0500-0000-0000.
- Dot. Reduzida: 1242 – Gestão e Operacionalização do SUS. Fonte: 01-0500-0000-0000.
- Dot. Reduzida: 2460 – Gestão dos Serviços e Obras de Infraestrutura. Fonte: 01-0500-0000-0000.

### **13. REPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Diretor de Eventos, Turismo e Gestão Administrativa, Vinícius Diógenes Maia e pela Gerente Administrativa, Helaine Cristina Gonçalves Reis estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Patos de Minas, 28 de abril de 2026

**Vinicius Diógenes Maia**

Diretor de Eventos, Turismo e Gestão Administrativa



## APENSO I

### TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

ITEM/ LOTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENT O	QUANTITATIV O TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	68190	Banheiro químico modelo PNE peso: 102 kgs medidas externas: 1800 x 1100 x 2200 mm (comp x larg x alt) composição: 47 % polietileno de alta densidade- 45 % polietileno linear de baixa densidade - 7,5% alumínio 0,5% ferro; papelera, porta-papel, piso antiderrapante, teto translúcido, laterais com sistema de ventilação,cano para respiro, tanque de dejetos com capacidade para 220 lts e com tampa do assento, porta e batente c/ mola e sistema de fechamento, fechadura c/ sistema de travamento, corrimão para apoio identificador de feminino e masculino (opcional); utilizar em superfície plana, utilizar produtos químicos biodegradáveis, fazer limpezas diárias e repor itens necessários para utilização, não expor diretamente por tempo excessivo aos raios solares, a fim de garantir o conforto térmico aos usuários e lixeira.	DI	100	ME/EPP	R\$ 390,00	R\$ 39.000,00
2	68191	Banheiro químico modelo: standart peso: 64 kg, medidas externas: 1114 x 1200 x 2350 mm ( comp. x larg x alt.) composição: 47% polietileno de alta densidade – 45 % polietileno linear de baixa densidade – 7,5%, alumínio 0,5% ferro com mictório e papelera, com porta papel, piso antiaderente. itens agregados a esse modelo: mictório, papelera, porta-papel, piso antiderrapante, teto translúcido, laterais com sistema de ventilação, cano para respiro, tranque de dejetos com capacidade para 220 litros com tampa de assento, porta e batente com mola e sistema de fechamento, fechadura com sistema de travamento, identificador de feminino e masculino e lixeira.	DI	525	Ampla	R\$ 350,00	R\$ 183.750,00
3	68346	Banheiro químico modelo: standart	DI	175	ME/EPP	R\$ 350,00	R\$ 61.250,00



		peso: 64 kg, medidas externas: 1114 x 1200 x 2350 mm ( comp. x larg x alt.) composição: 47% polietileno de alta densidade – 45 % polietileno linear de baixa densidade – 7,5%, alumínio 0,5% ferro com mictório e papel, com porta papel, piso antiaderente. itens agregados a esse modelo: mictório, papel, porta-papel, piso antiderrapante, teto translúcido, laterais com sistema de ventilação, cano para respiro, tranque de dejetos com capacidade para 220 litros com tampa de assento, porta e batente com mola e sistema de fechamento, fechadura com sistema de travamento, identificador de feminino e masculino e lixeira.					
4	68188	Carreta sanitário contendo ar condicionado, e secadores de mão a ar, com torneiras automáticas, sendo 10 sanitários femininos e 15 sanitários masculinos, sendo 03 vasos sanitários e 12 mictórios com caixa de água e caixa de detrito e lixeiras	DI	4	ME/EPP	R\$ 17.489,50	R\$ 69.958,00
5	68189	Trailer sanitário contendo 8 cabines, sendo 4 masculinos, 3 femininos e 1 PNE com ar-condicionado e secador de mão a ar, pias com torneiras automáticas com vasos sanitários com descarga a vácuo e lixeiras.	DI	15	Ampla	R\$ 5.519,50	R\$ 82.792,50
6	68345	Trailer sanitário contendo 8 cabines, sendo 4 masculinos, 3 femininos e 1 PNE com ar-condicionado e secador de mão a ar, pias com torneiras automáticas com vasos sanitários com descarga a vácuo e lixeiras.	DI	5	ME/EPP	R\$ 5.519,50	R\$ 27.597,50
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 464.348,00</b>

**Custo estimado para a contratação é de R\$464.348,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quarenta e oito reais).**

DATA DO ORÇAMENTO: 15/04/2026



## APENSO II

# ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

### 1. Especificações dos banheiros

- Item 68190: Banheiro químico modelo PNE peso: 102 kgs medidas externas: 1800 x 1100 x 2200 mm (comp x larg x alt) composição: 47 % polietileno de alta densidade- 45 % polietileno linear de baixa densidade - 7,5% alumínio 0,5% ferro; papelera, porta-papel, piso antiderrapante, teto translúcido, laterais com sistema de ventilação,cano para respiro, tanque de dejetos com capacidade para 220 lts e com tampa do assento, porta e batente c/ mola e sistema de fechamento, fechadura c/ sistema de travamento, corrimão para apoio identificador de feminino e masculino (opcional); utilizar em superfície plana, utilizar produtos químicos biodegradáveis, fazer limpezas diárias e repor itens necessários para utilização, não expor diretamente por tempo excessivo aos raios solares, a fim de garantir o conforto térmico aos usuários e lixeira.
- item 68191: Banheiro químico modelo: standart peso: 64 kg, medidas externas: 1114 x 1200 x 2350 mm ( comp. x larg x alt.) composição: 47% polietileno de alta densidade – 45 % polietileno linear de baixa densidade – 7,5%, alumínio 0,5% ferro com mictório e papelera, com porta papel, piso antiaderente. itens agregados a esse modelo: mictório, papelera, porta-papel, piso antiderrapante, teto translúcido, laterais com sistema de ventilação, cano para respiro, tranque de dejetos com capacidade para 220 litros com tampa de assento, porta e batente com mola e sistema de fechamento, fechadura com sistema de travamento, identificador de feminino e masculino e lixeira.
- item 68188: Carreta sanitário contendo ar condicionado, e secadores de mão a ar, com torneiras automáticas, sendo 10 sanitários femininos e 15 sanitários masculinos, sendo 03 vasos sanitários e 12 mictórios com caixa de água e caixa de detrito e lixeiras.
- item 68189: Trailer sanitário contendo 8 cabines, sendo 4 masculinos, 3 femininos e 1 PNE com ar-condicionado e secador de mão a ar, pias com torneiras automáticas com vasos sanitários com descarga a vácuo e lixeiras.

### 3. Obrigações e Condições de Execução

- Insumos e Higienização:** A contratada é integralmente responsável pelo fornecimento de produtos químicos biodegradáveis, papel higiênico, sabonete líquido (ou álcool em gel) e sacos de lixo. Deve realizar limpezas diárias (ou conforme cronograma do evento), garantindo a higienização completa e sucção dos detritos.
- Logística e Frete:** Estão inclusas no preço unitário todas as despesas de transporte, carga, descarga, instalação e retirada dos equipamentos em qualquer ponto do Município (zona urbana e rural).
- Substituição:** Em caso de falha mecânica ou indisponibilidade, o veículo deve ser substituído imediatamente.
- Disponibilidade:** Os serviços podem ser requisitados para qualquer dia da semana (incluindo sábados, domingos e feriados) e em qualquer horário, inclusive noturno.
- Segurança e Ambiental:** A contratada deverá garantir o descarte dos efluentes em local devidamente licenciado pelo órgão ambiental, sendo vedado o despejo em rede pluvial ou solo.





## APENSO III

# DECLARAÇÕES

A Empresa ....., portadora do CNPJ n.º..... participante do **PREGÃO** cujo objeto é a **Contratação de serviços de locação de banheiros químicos e unidades sanitárias móveis para a estruturação de eventos municipais**, DECLARA:

Declaramos ter pleno conhecimento das condições de execução do objeto, compreendendo as características físicas das vias urbanas e rurais — pavimentadas ou não — onde os serviços serão prestados. Reiteramos que a empresa está ciente de que as Ordens de Serviço poderão contemplar desde uma **única unidade até quantitativos superiores**, conforme a demanda.

Confirmamos a análise prévia de todas as especificidades dos trajetos, bem como das dificuldades técnicas e operacionais inerentes à região. Dessa forma, não será admitida qualquer reclamação posterior, pleito de reequilíbrio econômico-financeiro ou alteração de prazos sob a alegação de desconhecimento de tais detalhes ou das condições locais."

- Que temos **pleno conhecimento das condições de execução do objeto**, inclusive quanto às características físicas das vias urbanas e rurais, pavimentadas ou não, onde os serviços serão prestados. Declaramos que foram analisadas as especificidades dos locais de instalação e as dificuldades técnicas e operacionais da região, não sendo admitida qualquer reclamação posterior ou pedido de reequilíbrio sob alegação de desconhecimento de tais detalhes geográficos ou logísticos.
- Que possuímos **pessoal técnico capacitado e em quantidade suficiente** para a execução do objeto, comprometendo-nos a realizar a entrega, instalação, higienização periódica (sucção e limpeza) e retirada dos equipamentos nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- Que os **equipamentos e insumos a serem utilizados** atenderão rigorosamente aos requisitos de higiene, segurança e acessibilidade (normas PNE/PcD) previstos na legislação vigente, utilizando produtos químicos biodegradáveis e garantindo a destinação final dos efluentes em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes.
- Que a empresa possui **logística própria (caminhão vácuo e veículos de transporte)** necessária para o atendimento simultâneo das demandas, garantindo a substituição imediata de unidades em caso de avaria ou necessidade de manutenção extraordinária.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



## **APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA**

**Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.**

Patos de Minas, 28 de abril de 2026

**Paulo Henrique Moreira**

Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



## TR Banheiro quimico 2026 pdf

Código do documento ad55feb3-5e74-45e1-8838-71e2eb45466f



### Assinaturas



Vinícius Diogenes Maia  
vinicius.diogenes@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou



Paulo Henrique Rodrigues Moreira  
ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br  
Aprovou

Paulo Henrique Rodrigues Moreira

### Eventos do documento

#### 04 May 2026, 14:36:53

Documento ad55feb3-5e74-45e1-8838-71e2eb45466f **criado** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email: secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-04T14:36:53-03:00

#### 04 May 2026, 14:37:52

Assinaturas **iniciadas** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email: secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-04T14:37:52-03:00

#### 04 May 2026, 14:45:28

PAULO HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA **Aprovou** (d8b93786-ba2c-40f3-96ca-5faaa2ce4d76) - Email: ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.174 (138-0-64-174-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 4846) - Documento de identificação informado: 931.458.456-91 - DATE\_ATOM: 2026-05-04T14:45:28-03:00

#### 04 May 2026, 14:48:11

VINÍCIUS DIOGENES MAIA **Assinou** - Email: vinicius.diogenes@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 189.15.127.30 (189-015-127-30.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 23464) - **Geolocalização: -18.589049806716027 -46.518570247884725** - Documento de identificação informado: 013.320.836-25 - DATE\_ATOM: 2026-05-04T14:48:11-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):49969af7bca1aca7b4ae3ff32297817291d3c2f73f70c3cccf6be496b49fa3d2

(SHA512):52042ef2100fc4b551164147813de41628b49f91690adcd91809a96cdc6a0e26c305142f3e325c771150a3dc2dd2040d5a67e0c20dc55ae8b071c89942b9243

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima





Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.